

# PROBLEMATIZANDO: POR QUE A POLÍTICA PARECER SER UM UNIVERSO MASCULINO?

## WHY POLITICS SEEMS TO BE A MALE UNIVERSE?

*Cristian de Paula Sales Moreira Junior<sup>1</sup>*

**Resumo:** Nas definições de gênero, os estereótipos organizam os papéis de mulheres e homens nas relações familiares, afetivas, profissionais e políticas, num exercício de naturalização de pertencimentos e exclusões. Estas expectativas sociais são padronizadas e a atuação de homens e mulheres na política não impedem que sejam avaliados à partir de caracterizações que os reduzam a modelos típicos do seu sexo. Há, então, uma tentativa de assimilação do papel da mulher na política com o papel doméstico em um ambiente que define a representação política como um universo masculino, e em que os homens representam 90% dos personagens nos noticiários políticos brasileiros.

**Palavras-chave:** Marxismo; Mulheres; Política.

**Abstract:** In gender definitions, stereotypes organize the roles of women and men in family, emotional, professional and political relationships, in an exercise of naturalizing belongings and exclusions. These social expectations are standardized and the role of men and women in politics does not prevent them from being evaluated based on characterizations that reduce them to typical models of their sex. There is, then, an attempt to assimilate the role of women in politics with the domestic role in an environment that defines political representation as a male

universe, and in which men represent 90% of the characters in Brazilian political news.

**Keywords:** Marxism; Politics; Women.

A professora da UNB, Flávia Biroli (2011, p. 127), nos chama a atenção em seu texto “Mulheres e política na mídia Brasileira: estereótipos de gênero e marginalidade do feminino na política”, ao problematizar a presença de mulheres no noticiário político de 1982 à 2009, tendo a política brasileira da década de 90 como objeto de minhas pesquisas de mestrado. A autora destaca que os estereótipos baseados em preconceitos (falsos por causa das generalizações) são desconstruídos pelo contato direto com a realidade. Porém, no âmbito da mídia e, mais especificamente, da mídia política, existe um estereótipo sobre a mulher como sendo frágil e maternal, o que acaba influenciando comportamentos e promovendo padrões que confirmam estes mesmos estereótipos. Neste sentido, estereótipo e realidade se confundem, sendo este conflito marcado pelo exercício de poder material e simbólico que permite à mídia transformar aqueles mesmos estereótipos em referências por causa de sua difusão em escala industrial. Nas

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: [pcristian@discente.ufg.br](mailto:pcristian@discente.ufg.br).

definições de gênero, os estereótipos organizam os papéis de mulheres e homens nas relações familiares, afetivas, profissionais e políticas, num exercício de naturalização de pertencimentos e exclusões.

Estas expectativas sociais são padronizadas e a atuação de homens e mulheres na política não impedem que sejam avaliados a partir de caracterizações que os reduzam a modelos típicos do seu sexo. Há, então, uma tentativa de assimilação do papel da mulher na política com o papel doméstico em um ambiente que define a representação política como um universo masculino, e em que os homens representam 90% dos personagens nos noticiários políticos brasileiros. A autora destaca que a presença de mulheres no noticiário político de 1982 a 2009 corresponde a um período de maior acesso à educação e profissionalização, demonstrativos de relativas transformações do papel da mulher na sociedade e consequência das lutas do movimento feminista desde a década de 1970 no Brasil. Essa presença das mulheres na mídia política contribui para a definição do feminino à partir das relações domésticas, familiares e afetivas. A crítica feminista, reconhecendo que os laços entre mulheres e a domesticidade foram produzidos historicamente, teve um impacto sobre as representações femininas nos noticiários. Mesmo assim, os enquadramentos presentes neles são constituídos por pressupostos que confirmam os estereótipos de gênero vigentes. A hipótese do texto da professora Flávia Biroli é a de que a presença das ministras nas coberturas permite indicar deslocamentos, mas também permanências em relação às décadas passadas.

Aproximando com os temas da minha pesquisa sobre história política, mais especificamente no governo Collor, temos o exemplo de Zélia Cardoso de Mello que assume, em 1990 aos 37 anos, o ministério da Fazenda, tornando-se a primeira mulher a ocupar posição central na administração pública brasileira. Me deparei com o fato de que a ex-ministra já fora representada na mídia como produzindo “ideias tão desnecessariamente curtas quanto suas saias”, pelo jornalista Eduardo Gaspari. Também já foi retratada como “economista espevitada” e “elétrica senhorita de 37 anos”, para citar apenas poucos exemplos dos muitos disponíveis. Isto é, existe um interesse despertado pela aparência das mulheres na política e, ainda hoje, existem deputadas jovens e que atendem à um certo padrão de beleza que recebem o título de “Musa do congresso”, como aponta a autora citando os exemplos de Rita nas décadas de 1980 e 1990, e Manuella D’Ávila nos anos 2000. A autora aponta ainda que as mulheres ministras no governo Lula, por exemplo, tinham sua visibilidade na mídia marcada pelas roupas, maquiagem (ou sua ausência) e por eventuais cirurgias plásticas (BIROLI, 2011, p. 129).

No caso de Zélia, houve ainda a atenção sobre sua vida privada e suas relações afetivas, como no caso de seu relacionamento com Bernardo Cabral, na época colega de Ministério, e as preocupações sobre maternidade, onde aparecera na mídia sobre seu “Relógio biológico” como sendo considerado comum entre mulheres de carreira profissional bem-sucedida adiar a maternidade. Ou seja, a relação da mulher com a vida privada é a espinha dorsal

destes estereótipos, inclusive no universo político, o que me levou a questionar sobre a mulher na sociedade como um todo e a estudar alguns textos sobre teoria de gênero e feminismo.

Simone de Beauvoir (1970), em seu clássico “O Segundo sexo - fatos e mitos” já nos alertava dos frágeis alicerces sobre os quais se construíram as teorias explicativas sobre as diferenciações entre sexos e, em última instância, gêneros, tanto em sentido biológico, quanto no histórico, social ou cultural. Para ela, até mesmo as noções mais básicas difundidas (e tão difundidas quanto obscuras) sobre sexo ou sexualidades, são arraigadas nos pressupostos modernos que permitiram a construção moral-filosófica de nossa era ou época. No racionalismo de Hegel, a própria sexualidade representaria a “mediação” pela qual um indivíduo se identifica concretamente como um ou outro gênero. Melhor explicando, a união sexual seria um indivíduo procurando, sob a forma de desejo, em outro indivíduo do sexo oposto, aquilo que lhe falta enquanto espécie: o órgão sexual oposto. Dentro desta complexa filosofia, que em muito influencia ou dá origem ao pensamento contemporâneo, a mulher seria um agente passivo, sendo o princípio masculino o da força, atividade, movimento e vida. É como se, naturalmente, a passividade coubesse à fêmea por ser algo como um “homem mutilado”. Assim, a mulher passa por um processo de reversão da alienação onde, ao contrário do homem que é o seu próprio corpo e a sua própria identidade, ela é nada mais do que seu corpo feminino, e este não é suficiente para defini-la e afirmá-la enquanto Ser.

Não que a autora ignorasse as diferenças biológicas ao propor que os gêneros são uma construção social e histórica. Essas diferenças existem, mas não constituem ou definem um destino imutável para os seres humanos e seus corpos. E, ainda que fossem, não são suficientes para definir uma hierarquia entre os sexos, ou para explicar por que a mulher é, socialmente e cientificamente construída como sendo o Outro.

Neste ponto em específico, existe uma contribuição do materialismo histórico para a teoria de gênero: a compreensão de que a humanidade não é uma espécie animal, mas uma realidade histórica. Uma realidade que domina a Natureza e a sujeita. E, ainda mais, que a família patriarcal, clássica da modernidade-contemporaneidade é baseada na propriedade privada em todos os sentidos, inclusive porque o homem se apropria também do trabalho da mulher. E, sem esta apropriação, seria impossível até mesmo o surgimento da propriedade privada.

A professora Joan Scott (1991), em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, contribui para a compreensão de que as palavras, fruto da invenção e imaginação humana, são, também, históricas. Assim, as feministas americanas, nos movimentos iniciais do feminismo contemporâneo, queriam enfatizar o caráter social das distinções baseadas nos sexos como uma crítica ao determinismo biológico nos próprios usos da palavra. E, por consequência desta movimentação, começaram a usar a palavra gênero mais seriamente, como uma organização social da relação entre os sexos.

Este tema foi inicialmente proposto dentro da perspectiva de um estudo das mulheres. Não para trazer conhecimentos novos e inéditos, mas sim para revisar os já existentes. Melhor dizendo, não era proposto uma “nova história desta vez com mulheres”, onde a história das mulheres seria, na verdade, um estudo separado, mas uma nova História que incorpora as mulheres a partir do gênero desenvolvido como uma categoria de análise, assim como classe e raças em exemplo análogo. Seria uma narrativa dos oprimidos em união com uma análise dos sentidos e naturezas de sua opressão. É claro que este movimento teve algumas críticas, dentre as quais a de que a substituição da palavra “mulheres” por gênero não afirmava a posição política das mulheres e as continuavam escondendo, o que demonstra o caráter dialético de desenvolvimento da teoria feminista contemporânea. Gênero seria, então, utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, e posiciona as construções culturais contra o determinismo biológico, incluindo (mas não sendo somente) sexo e sexualidade. Era necessário, neste momento específico da história do movimento feminista, a criação de uma teoria de gênero. Esse movimento propôs inclusive, uma engenhosa releitura dos pilares modernos clássicos sobre os quais se fundamentaram e se construíram as filosofias e identidades de ideias contemporâneas, como Hegel, por exemplo. Essa releitura propunha que a dominação masculina seria fruto do desejo dos homens de transcender sua alienação dos meios de reprodução da espécie, sendo a própria reprodução a chave do patriarcado para algumas feministas. Sexualidade

assumiu, então, para o feminismo, o papel que o trabalho tinha para o marxismo, em um exercício nosso de analogia.

Neste sentido, as feministas inspiradas no marxismo tentaram relacionar a desigualdade entre os sexos com outras desigualdades, enquanto as teóricas do patriarcado tomavam a diferença entre os sexos como esfera única e separada. Porém, as feministas marxistas, segundo Scott, não questionaram o próprio marxismo e colocaram este tema como uma série de conhecimentos “à mais”, ou seja, acrescentados. Gênero, nesta perspectiva, não tem status analítico independente e próprio, mas era um subproduto do estruturalismo econômico. Esse status pode ter sido alcançado no final do século XX, fora das teorias sociais formadas do XVIII até o XX. Algumas destas teorias até reconheceram a “questão feminina”, mas o gênero ainda não tinha aparecido. Surge, na verdade, da incapacidade das teorias existentes para explicar as desigualdades entre mulheres e homens.

Em outro artigo intitulado “Os usos e abusos do gênero”, a professora Scott discute o status de gênero como categoria de análise histórico-social atualmente. Parece ter havido uma confusão onde “gênero” se relacionaria com fatores culturais e comportamentais, enquanto “sexo” estaria mais vinculada ao elemento biológico. A autora chama a atenção, porém, para a realidade: que gênero não pode ser separado do corpo, e de que esta distinção maniqueísta não cabe. A conclusão é a de que “gênero” é uma categoria que está longe de ser uma questão resolvida e, ao invés de se tornar mais claro, tornou-se mais impreciso ao longo do

tempo, apesar de já fazer parte de um vocabulário comum (isto porque a teoria de gênero, ou o que se chama de “dimensão sociológica da diferenciação sexual”, parecia ter se tornado apenas um complemento dos aspectos biológicos). Isto desde a década de 1970, quando, na Inglaterra e nos Estados Unidos se inicia um trabalho desestabilizador das pressuposições sobre a relação entre sexo biológico e os papéis construídos culturalmente para homens e mulheres. Este uso ordinário depende a palavra, do contexto e da finalidade. À que, exatamente, o termo gênero se referia? A questão das mulheres, das desigualdades ou da diferença sexual? É esta imprecisão que dificulta os debates políticos atuais.

Gênero seria, então, para a autora, mais uma lente de percepção através da qual nós examinamos os significados de macho ou fêmea, masculino ou feminino. As feministas que começaram a usar este termo, na década de 1970, tinham uma preocupação explícita com as mulheres. Tentavam justificar que a anatomia da mulher não é seu destino, e que o papel da mulher tinha mais a ver com uma função construída histórica e socialmente do que com um fator biológico. Era necessário analisar a relação entre homens e mulheres em termos de desigualdade e poder, à partir da naturalização dos fatores sociais. E, neste sentido, não era ou é apenas sobre mulheres, e mais: os papéis atribuídos a homens e mulheres diferem conforme tempo e lugar, e tem pouca relação direta com a biologia deles. É, na verdade, um componente histórico. Ao mesmo tempo, pareceu que a categoria “mulher” possuía uma identidade comparativa

entre as culturas. Essa era uma visão que generalizava as mulheres, tratando-as como todas iguais, independente de lugar ou tempo, e que parecia se assimilar muito mais com o determinismo biológico.

E, outro ponto a se considerar, atualmente a igualdade entre homens e mulheres, correta à nível de discurso, poderia, inclusive, acarretar em desvantagem por causa da equiparação jurídica, tendo em vista que esta equiparação desconsidera as desigualdades estruturais da sociedade, funcionando, na verdade, como uma forma de relativismo cultural e fomentando o debate sobre a distinção entre equivalência e igualdade. Gênero seria, então, uma categoria perpetuamente aberta.

O texto “Feminismos, epistemologia feminista e História das mulheres: leituras cruzadas”, da autora Diva do Couto Gontijo Muniz (2015), abre espaço para questionar a função “masculina” na Ciência, na teoria e na Epistemologia. Ou seja, a lógica androcêntrica do discurso universitário, onde o sujeito universal da ciência é homem e, inclusive, branco.

Essa história crítica do desenvolvimento de uma epistemologia feminista (principalmente no Brasil), num primeiro momento, estabelece a relação entre mulher (conceito polissêmico) e o feminismo como um projeto político, e não uma descrição da realidade, embora tenha agregado, em nossa sociedade, uma espécie de valor pejorativo, e tenha produzido, nos meios acadêmicos e no senso comum, estranhamento, rejeição e até oposição. É como se aceitassem que as mulheres tenham conseguido

liberdade para trabalhar, fazer negócios, não depender de uma autorização masculina para realizar atividades, mas desde que se acumulassem com as funções domésticas. Ou seja, não se questionava os espaços sociais cristalizados e relegados para as mulheres.

Mas, então, quando começou a lógica antifeminista? Diva do Couto justifica que desde o começo: onde existe feminismo organizado (como no movimento sufragista no passado, por exemplo), existe resistência. Sempre onde há alguém questionando a lógica hegemônica do corpo, há reações contrárias, mesmo que surjam mulheres que estão fora do lugar que lhes é relegado pelo sistema hegemônico e que não questionem privilégios.

Quando Gale Rubin escreve sobre a “Economia do sexo” (RUBIN, 1993, p 7), a moda era o marxismo e, posteriormente, há uma aproximação teórica com Foucault. O Marxismo a ajudou a compreender o que era a opressão sobre as mulheres, embora as relações de sexualidade e reprodução não entrassem nas preocupações de Marx e Engels. Essa opressão é um elemento histórico-moral mais intimamente ligada ao trabalho doméstico, que era, na verdade, incorporado ao processo de extração da mais-valia. Rubin, entretanto, acrescenta que o trabalho doméstico é anterior ao capitalismo.

Então, o sexo seria culturalmente definido e se tornaria um processo de troca: já colocado nas sociedades pré-capitalistas, mas que com o processo da Revolução Industrial do capitalismo moderno se torna necessário como uma forma de controle moral sobre os sexos para a produção.

A professora da PUC-SP, Maria Izilda Santos de Matos (MATOS,2001), em seu texto “Por uma História das Sensibilidades: Em foco a masculinidade”, contribui para nossa reflexão na medida em que esclarece a masculinidade como também uma construção social. O objeto específico do artigo é a música: um lugar privilegiado para captar as sensibilidades masculinas. É como se fosse permitido ao homem, na música, expressar sentimentos e sensibilidades, fora dos padrões da heteronormatividade vigentes.

Porém, o estudo das masculinidades continua raro. Surgem dos próprios movimentos feministas e à partir da categoria gênero. Esse primeiro movimento em direção ao estudo das sensibilidades masculinas trata os homens como não sendo “super-heróis” ou “supra históricos”, mas como sendo, também, “miseravelmente” humanos. Inclusive porque, embora a denúncia do poder e abusos do masculino podem acabar ofuscando a problemática da existência do homem, existe uma questão de crise do masculino que envolve as problemáticas do ser homem, seus fardos, conflitos e contradições. Assim, o “universal masculino” não é a-histórico, ou seja, a masculinidade varia de contexto para contexto, apesar das permanências e hegemonias, e é passível também de questionamento. E esta masculinidade hegemônica é, na verdade, sustentada não só por homens que se beneficiam dela e nela encontram privilégios, mas também por mulheres.

Mais ou menos em torno da década de 1940 e 1950, segundo a autora, homem era sinônimo de força e capacidade, principalmente devido ao envolvimento com o

trabalho, considerado, na época, auto realização. O homem seria aquele capaz de sustentar mulher e filhos, e com atenção à função socialmente construída para o papel de pai como fiscalizador, disciplinador, herói distante, mas temido. Este contexto gera um estado de tensão: eterna vigilância das emoções, dos gestos, do próprio corpo (linguagem corporal), se tornando uma era de castração que limita as experiências de prazer e expressão de sentimentos. Porém, a poesia, música e o humor, por exemplo, são mecanismos que funcionam como uma válvula de escape, permitindo aos homens aliviar esta tensão e falar sobre angústias, medos e sentimentos. Sentimentos estes que não são universais, sendo, na verdade, múltiplos e dependendo das experiências e existências individuais.

O texto “De mãos dadas com minha irmã - solidariedade feminista” trabalha com a problemática racial dentro das contradições entre feminino e masculino na crítica de heteronormatividade. É como se o homem negro adquirisse a liberdade de se relacionar com mulheres brancas, em um determinado momento, e isto seria o vínculo entre luta pela igualdade racial e política dentro de uma sociedade patriarcal. Mas o fato de homens negros se relacionarem com mulheres brancas não alterou em nada e não pôs em risco os fundamentos do patriarcado branco, nem promoveram a luta pelo fim do racismo, ao contrário, reafirmaram. Isto porque mesmo na segregação estes vínculos inter-raciais ocorriam, embora as mulheres negras e brancas não se relacionassem. Os dois grupos eram separados por barreiras muito sólidas, e a única relação possível na época da segregação, que vigorou

nos Estados Unidos até a década de 1960, era a de serva-senhora, baseada no poder e não mediada pelo desejo sexual e mesmo as mulheres pobres brancas se afirmavam em posição dominadora.

Esta relação era doméstica e baseada no contexto da familiaridade da “função social” (isto é, mulher é igual a cuidadora da casa), mas reforçava o status baseado na raça. Classe social não era uma divisão suficiente. Neste contexto, as mulheres brancas eram objetos de desejo sexual tanto de homens negros, quanto de homens brancos, embora a posição destas mulheres brancas era definida pelo relacionamento com homens brancos, e não negros. Então elas reforçavam sua diferenciação racial para com as negras. Era necessário que as negras se mantivessem afastadas, e que os tabus raciais que não permitiam relacionamentos das negras com os brancos fossem preservados, para que as brancas afirmassem seu status quo. Pela lei, no caso da segregação racial, ou pela opinião social. Já para os negros, se relacionar com as mulheres brancas era uma forma de alcançar socialmente uma “igualdade”, enquanto, no caminho inverso, os brancos se relacionassem com as negras como forma de fetiche de dominação pela coerção agressiva, estupro, e outras formas de agressão sexual.

Porém, dentro da ordem do patriarcado branco, o relacionamento que mais poderia causar desconstrução do status quo seria entre homens brancos e mulheres negras. Existem registros, apontados no texto, de homens brancos que tentavam obter reconhecimento público desses relacionamentos, ou por casamentos ou por tentativa de legar

dinheiro e bens, bem como de relatos de competição sexual entre senhoras brancas e as negras escravizadas, onde as mulheres brancas tentavam proteger sua frágil posição social afirmando sua superioridade sobre as mulheres negras, mesmo que o patriarcado não lhes desse poder para impedir as relações sociais entre negras e brancos. Apesar desta opressão brutal, as brancas tinham medo das negras porque talvez acreditassem que estas pudessem “trocar de lugar” com elas. Ou seja, se não houvessem esses tabus legais e sociais, elas ficavam sob risco de perder seu status. Nesse sentido, a abolição da escravatura, por exemplo, teve pouco impacto na relação entre mulheres brancas e negras e, na verdade, pode até ter acirrado este problema, tendo em vista que sem a superioridade legal, as brancas reforçariam com mais tabus sociais. A participação das mulheres negras foi fundamental para perpetuar os estereótipos degradantes sobre a feminilidade negra. E, somado ao fator de as negras serem concorrentes sexuais, existia ainda um impasse geográfico: a segregação não permitiu que brancas e negras se encontrassem em territórios comuns ou neutros.

A segregação funcionou, na prática, com as negras saindo dos bairros pobres para trabalhar nos bairros ricos dos brancos, onde era mínima ou nula a chance desta circunstância desembocar em uma “amizade entre os grupos”. Em geral, as brancas não entendiam que intimidade e carinho poderiam coexistir com dominação. E existe, também, uma projeção da relação serva-senhora para o contexto da “profissionalização” do debate sobre feminismo na academia. É como se as mulheres brancas centralizassem

em suas mãos a explicação sobre racismo e negritude, ignorando as heranças históricas do “ser branca” e, assim, afirmando seu “poder”. Algumas negras até mesmo recusaram o movimento feminista por causa disto. A autora defende, neste ponto, que os brancos devem sempre partir do princípio de que existem pressupostos raciais com que têm de lidar.

Monique Prada no capítulo 3 do livro *Putas feminista*, intitulado “empoderamento financeiro e o dinheiro que não empodera” (PRADA, 2018), defende que o empoderamento financeiro feminino tem a ver com o controle e domínio real das mulheres sobre suas próprias vidas. Mesmo que por exemplo, o dinheiro de trabalho sexual pareça não empoderar: o sucesso financeiro na prostituição não é levado a sério pelo movimento feminista em geral, e é, geralmente, tratado como se “trapaceasse” na meritocracia. Isto porque, no discurso hegemônico, a prostituição é diretamente relacionada com a vida precária, e parece existir uma impossibilidade de assumir a prostituição como atividade possível. Assim, o feminismo convencional “entra” no prostíbulo com discurso de salvacionismo ou com um discurso de ódio que reposiciona um debate sobre o conflito entre moralismo e empoderamento. É meio como se o feminismo chegasse como que querendo acabar com a fonte de renda dessas mulheres, e não como busca por melhores condições de vida ou por empoderamento, e as prostitutas são tratadas, pelas feministas, como intelectualmente inferior porque usam o corpo e não a mente. Percebe-se que é um



discurso muito semelhante ao machismo. É necessário discutir o papel da prostituição no discurso feminista.

A pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Silvana Rodrigues de Andrade, em seu artigo “Eu sou uma pessoa de tremendo sucesso: trajetória, identidades e (representações de mulheres executivas)” (ANDRADE, 2010, p. 5) argumenta que na década de 1990, no Brasil, existe uma grande inserção da população feminina no mercado de trabalho, fruto da luta pelos direitos da mulher e sua autonomia na esfera pública iniciados pelo movimento feminista desde a década de 1970. Segundo a autora, parte deste incremento é justificado pelas mudanças ocorridas na situação econômica do país na época como a abertura econômica iniciada pelo governo Collor e intensificada pelo governo Itamar. Porém, esse trabalho produtivo tinha várias faces no Brasil e, geralmente, estava relacionado à baixas remunerações, embora algumas mulheres, como exceção, conseguissem romper o “teto de vidro” e se tornarem executivas. Essas exceções são, geralmente, sustentadas pela ideologia liberal do “*self-made man*”, que, neste caso, a autora coloca como “*self-made woman*”, ou seja, carregadas de valores como o orgulho da trajetória profissional e a crença na possibilidade de construção de uma carreira bem-sucedida baseada no esforço pessoal.

Neste sentido, conclui-se que o universo político é, majoritariamente, um universo masculino como consequência de uma sociedade que foi construída e fundamentada, desde seus elementos teóricos-filosóficos até nas relações e situações materiais e práticas do cotidiano,

com pressupostos androcêntricos, isto é, com uma tendência de se reduzir a humanidade ao Homem, como ser universal e categoria generalizante, enquanto a mulher assume a função de “outro” histórico. Num contexto social em que a mulher é subalternizada ou, pelo menos, relegada a um papel secundário nas relações públicas e privadas, e onde, inclusive, até mesmo mulheres se enxergam assim e defendem esses pressupostos, era de se esperar que esses elementos se projetassem ao universo político, como de fato se projetam. Isso explica por que são os homens aqueles que mais têm cargos políticos, pelo menos de administração central do poder público; por que são os homens aqueles que mais aparecem nos noticiários políticos; e por que as reações, tanto da mídia quanto da sociedade civil, são reprodutoras destes mesmos paradigmas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Silvana Rodrigues da. “*Eu sou uma pessoa de tremendo sucesso: trajetória, identidades e representações de mulheres executivas*”. X Encontro Nacional de História Oral, Testemunhos: *História e Política*. Recife, UFPE, 2010. Disponível em: [http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/12704\\_17481\\_ARQUIVO\\_Eusouumapessoadetremendosucesso.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/12704_17481_ARQUIVO_Eusouumapessoadetremendosucesso.pdf). Acesso em: 30 mar. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Livro 1: Fatos e Mitos. 4ª Edição, Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1970.

BIROLI, Flávia. *Mulheres e política na mídia brasileira: estereótipos de gênero e marginalidade do feminino na política*. In: PAIVA, Denise

(org). Mulheres, Política e Poder. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011, p. 127-158.

DE MATOS, Maria Izilda Santos. *Por uma história das sensibilidades: Em foco a masculinidade*. História: Questões e debates, (S.1), v.34, n.1, jun. 2001. ISSN 2447-8261. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2658/2195>. Acesso em: 23 mar. 2019.

MUNIZ, D. *Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas*. Revista OPSIS, Catalão, 2015.

GAYLE, Rubin. *O tráfico de mulheres. Notas sobre a economia política do sexo*. Recife: SOS CORPO, 1993.

PRADA, Monique. *Putta feminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Trad. de DABAT, C; ÁVILA, M B. Recife: SOS-CORPO, 1991.

SCOTT, Joan. *Os usos e abusos do Gênero*. Trad. de SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Revista Projeto História. São Paulo, 2012.